

Aula 07 - Prof. Alexandre Violato

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
29 de Junho de 2025
Manzato Moises

Sumário

Simulado	2
Gabarito.....	6
Correção Simulado.....	7



SIMULADO

1) Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) O ato de nomeação deverá indicar o cargo de provimento efetivo ou o cargo de provimento em comissão a ser preenchido.
- b) A nomeação para cargo público de provimento em comissão ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e se dará durante o prazo de validade do concurso.
- c) O concurso público é de provas ou de provas e títulos e terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
- d) O edital de abertura do concurso público conterá as regras que regem o seu funcionamento e será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, com divulgação pelos meios de comunicações disponíveis.
- e) A posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

2) Considerando a Lei Estadual nº 16.024/2008, assinale a alternativa que não traz uma forma de provimento prevista no Estatuto.

- a) Nomeação.
- b) Readaptação.
- c) Transposição.
- d) Recondução
- e) Remoção.

3) Abaixo são listados alguns dos fatores que são avaliados durante o estágio probatório conforme disposição expressa da Lei Estadual nº 16.024/2008, dentre os quais não se inclui:

- a) assiduidade;
- b) disciplina;
- c) capacidade;
- d) relacionamento interpessoal;
- e) produtividade.



4) Assinale abaixo a licença que não poderá ser concedida ao servidor em estágio probatório de acordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) para tratamento de saúde;
- b) para acompanhamento do cônjuge ou companheiro funcionário público;
- c) para tratar de interesses particulares.
- d) para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública;
- e) para o exercício de mandato político.

5) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) A remoção é o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.
- b) O procedimento de readaptação terá o prazo de 8 meses, podendo ser prorrogado no caso de o funcionário estar participando de programa de reabilitação profissional.
- c) Reversão é o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- d) Readaptação é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.
- e) O funcionário será posto em disponibilidade quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

6) Segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008, a quantos dias de férias terá direito o servidor que houver faltado 15 vezes durante o período aquisitivo?

- a) 30 dias corridos.
- b) 25 dias corridos.
- c) 24 dias corridos.
- d) 18 dias corridos.
- e) 12 dias corridos.

7) Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:



- a) As licenças concedidas ao funcionário não acarretam a suspensão do pagamento do salário-família, excepcionada a hipótese para tratamento de interesses particulares.
- b) Será concedida ao funcionário licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica.
- c) Licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe de forma proporcional ao tempo de contribuição o vencimento ou a remuneração inerente ao cargo.
- d) O funcionário acidentado no exercício de suas atribuições, ou acometido de doença profissional, será posto em licença a requerimento ou de ofício para o respectivo tratamento.
- e) Será concedida licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.

8) Assinale a alternativa que contempla um afastamento do exercício das atribuições aos funcionários previsto na Lei Estadual nº 16.024/2008 sem prejuízo dos vencimentos ou das remunerações:

- a) 10 dias para casamento;
- b) 10 dias por falecimento de cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrasta, irmão;
- c) júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- d) por 1 dia a cada 6 meses de trabalho;
- e) por 4 dias para alistamento como eleitor.

9) Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) A exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária obstem a instauração e o prosseguimento do processo administrativo disciplinar instaurado.
- b) Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o funcionário obrigado a permanecer em serviço.
- c) Das decisões disciplinares caberá recurso, em última instância, com efeitos suspensivo e devolutivo, no prazo de quinze dias, ao Conselho da Magistratura.
- d) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, assegurada ao acusado ampla defesa.



e) Os integrantes da comissão disciplinar e os respectivos suplentes serão designados pelo Secretário do Tribunal de Justiça, que indicará o funcionário que irá presidi-la, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ao do indiciado.

10) Assinale a alternativa que contempla um dever das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

- a) ser cientificada, prévia e reservadamente, de forma verbal ou escrita, sobre a exoneração do cargo em comissão, revogação de função comissionada ou de relotação;
- b) estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões relacionadas à atuação profissional na unidade judicial ou administrativa em que estiver lotado;
- c) utilizar de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros;
- d) não utilizar o tempo do expediente e o ambiente de trabalho para resolver questões de ordem particular, principalmente, tendentes a criar um ambiente hostil, em detrimento do andamento das atividades;
- e) manifestar-se em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná sem autorização da autoridade competente.



GABARITO

- | | |
|------|-------|
| 1. B | 6. D |
| 2. C | 7. C |
| 3. D | 8. C |
| 4. C | 9. A |
| 5. E | 10. D |



CORREÇÃO SIMULADO

1) Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) O ato de nomeação deverá indicar o cargo de provimento efetivo ou o cargo de provimento em comissão a ser preenchido.
- b) A nomeação para cargo público de provimento em comissão ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e se dará durante o prazo de validade do concurso.
- c) O concurso público é de provas ou de provas e títulos e terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
- d) O edital de abertura do concurso público conterá as regras que regem o seu funcionamento e será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, com divulgação pelos meios de comunicações disponíveis.
- e) A posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

Comentários:

A alternativa incorreta é a letra B, uma vez que deve ser respeitada a ordem de classificação para nomeação dos cargos públicos de **provimento efetivo**, nos termos do artigo 14 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 13. O ato de nomeação deverá indicar o cargo de provimento efetivo ou o cargo de provimento em comissão a ser preenchido. (Letra A)

Art. 14. A nomeação para cargo público de provimento **efetivo** ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e se dará durante o prazo de validade do concurso. (Letra B - **incorreta**)

(...)

Art. 16. O concurso público é de provas ou de provas e títulos e terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período. (Letra C)

§ 1º O edital de abertura do concurso público conterá as regras que regem o seu funcionamento e será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, com divulgação pelos meios de comunicações disponíveis. (Letra D)

(...)

Art. 18. Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente. (Letra E)



Gabarito: B

2) Considerando a Lei Estadual nº 16.024/2008, assinale a alternativa que não traz uma forma de provimento prevista no Estatuto.

- a) Nomeação.
- b) Readaptação.
- c) Transposição.
- d) Recondução
- e) Remoção.

Comentários:

As formas de provimento estão listadas no artigo 11 Lei Estadual nº 16.024/2008, não estando entre elas a Transposição, letra C:

Art. 11. São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação; (Letra A)

II - readaptação; (Letra B)

III - reversão;

IV - aproveitamento;

V - reintegração;

VI - recondução; (Letra D)

VII - remoção; (Letra E)

VIII - promoção.

Gabarito: C

3) Abaixo são listados alguns dos fatores que são avaliados durante o estágio probatório conforme disposição expressa da Lei Estadual nº 16.024/2008, dentre os quais não se inclui:

- a) assiduidade;
- b) disciplina;
- c) capacidade;
- d) relacionamento interpessoal;
- e) produtividade.

Comentários:



Os fatores avaliados durante o estágio probatório são elencados no artigo 19 da Lei Estadual nº 16.024/2008, não estando entre eles a letra D, relacionamento interpessoal:

Art. 19. Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade; (**Letra A**)

II - disciplina; (**Letra B**)

III - capacidade; (**Letra C**)

IV - produtividade; (**Letra E**)

V - responsabilidade.

Gabarito: D

4) Assinale abaixo a licença que não poderá ser concedida ao servidor em estágio probatório de acordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) para tratamento de saúde;
- b) para acompanhamento do cônjuge ou companheiro funcionário público;
- c) para tratar de interesses particulares.
- d) para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública;
- e) para o exercício de mandato político.

Comentários:

As licenças que podem ser concedidas ao servidor em estágio probatório estão listadas no § 4º do artigo 19 da Lei Estadual nº 16.024/2008, não estando entre elas a letra C:

Art. 19, § 4º **O funcionário em estágio probatório** não poderá ser cedido a qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta e a ele **somente poderão ser concedidas as seguintes licenças:**

I - para tratamento de saúde; (Letra A)

II - por motivo de doença em pessoa da família;

III - para acompanhamento do cônjuge ou companheiro funcionário público; (Letra B)

IV - para prestar serviço militar ou outro serviço obrigatório por lei;

V - para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública; (Letra D)



VI - para o exercício de mandato político; (Letra E)

VII - pelo período que mediar a sua escolha como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral;

VIII - pelo período do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao pleito.

Gabarito: C

5) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) A remoção é o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.
- b) O procedimento de readaptação terá o prazo de 8 meses, podendo ser prorrogado no caso de o funcionário estar participando de programa de reabilitação profissional.
- c) Reversão é o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- d) Readaptação é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.
- e) O funcionário será posto em disponibilidade quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Comentários:

Letra A - **incorreta**. Aqui temos a definição de readaptação, conforme o artigo 26 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 26. A **readaptação** é o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.

Letra B - **incorreta**. O prazo correto é de 6 meses, conforme o artigo 27 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 27. O procedimento de readaptação terá o **prazo de 6 (seis) meses**, podendo ser prorrogado no caso de o funcionário estar participando de programa de reabilitação profissional.

Letra C - **incorreta**. Essa é a definição de aproveitamento, conforme o artigo 32 da Lei Estadual nº 16.024/2008:



Art. 32. **Aproveitamento** é o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Letra D - **incorreta**. Aqui temos a definição de reintegração, conforme o artigo 35 da Lei Estadual nº 16.024/2008

Art. 35. **Reintegração** é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.

Letra E - **correta**. Está de acordo com o artigo 29 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 29. O funcionário será posto em disponibilidade quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Gabarito: E

6) Segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008, a quantos dias de férias terá direito o servidor que houver faltado 15 vezes durante o período aquisitivo?

- a) 30 dias corridos.
- b) 25 dias corridos.
- c) 24 dias corridos.
- d) 18 dias corridos.
- e) 12 dias corridos.

Comentários:

A proporção de dias de férias em relação ao número de faltas registradas no período aquisitivo está listada no artigo 95 da Lei Estadual nº 16.024/2008, sendo que no caso narrado o servidor terá direito a 18 dias corridos de férias, letra D:

Art. 95. Após cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício, o funcionário terá direito a férias, que podem ser cumuladas por até 2 (dois) períodos, por comprovada necessidade de serviço, observada a seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço por mais de 5 (cinco) vezes no período aquisitivo;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas no período aquisitivo;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas no período aquisitivo;



IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas no período aquisitivo.

Gabarito: D

7) Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) As licenças concedidas ao funcionário não acarretam a suspensão do pagamento do salário-família, excepcionada a hipótese para tratamento de interesses particulares.
- b) Será concedida ao funcionário licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica.
- c) Licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe de forma proporcional ao tempo de contribuição o vencimento ou a remuneração inerente ao cargo.
- d) O funcionário acidentado no exercício de suas atribuições, ou acometido de doença profissional, será posto em licença a requerimento ou de ofício para o respectivo tratamento.
- e) Será concedida licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.

Comentários:

A alternativa incorreta é a letra C, uma vez que nesse caso o funcionário recebe **integralmente o vencimento ou a remuneração com as vantagens inerentes ao cargo**, conforme artigo 113 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 101. As licenças concedidas ao funcionário não acarretam a suspensão do pagamento do salário-família, excepcionada a hipótese para tratamento de interesses particulares. **(Letra A)**

(...)

Art. 107. Será concedida ao funcionário licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica. **(Letra B)**

(...)

Art. 113. Licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe **integralmente o vencimento ou a remuneração com as vantagens inerentes ao cargo**. (Letra C - **incorreta**)

Art. 114. O funcionário acidentado no exercício de suas atribuições, ou acometido de doença profissional, será posto em licença a requerimento ou de ofício para o respectivo tratamento. **(Letra D)**



(...)

Art. 118. Será concedida licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional, mediante comprovação por junta médica oficial. **(Letra E)**

Gabarito: C

8) Assinale a alternativa que contempla um afastamento do exercício das atribuições aos funcionários previsto na Lei Estadual nº 16.024/2008 sem prejuízo dos vencimentos ou das remunerações:

- a) 10 dias para casamento;
- b) 10 dias por falecimento de cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrasta, irmão;
- c) júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- d) por 1 dia a cada 6 meses de trabalho;
- e) por 4 dias para alistamento como eleitor.

Comentários:

Os afastamentos mencionados pela questão estão listados no artigo 139 da Lei Estadual nº 16.024/2008, estando correta apenas a letra C, pois as demais trazem prazos incorretos:

Art. 139. Serão concedidos os seguintes afastamentos do exercício das atribuições aos funcionários, sem prejuízo dos vencimentos ou das remunerações, para:

I - trânsito, conforme prazos estabelecidos nos §§ 3º e 4º do art. 38 deste Estatuto;

II - casamento, por **8 (oito) dias**; (Letra A - **incorreta**)

III - luto por falecimento de cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrasta, irmão, **por 8 (oito) dias**; (Letra B - **incorreta**)

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei; (Letra C - **correta**)

V - doar sangue, por 1 (um) dia a **cada 12 (doze) meses** de trabalho; (Letra D - **incorreta**)

VII - alistamento como eleitor, **por 2 (dois) dias**. (Letra E - **incorreta**)

Gabarito: C

9) Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

- a) A exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária obstam a instauração e o prosseguimento do processo administrativo disciplinar instaurado.



- b) Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o funcionário obrigado a permanecer em serviço.
- c) Das decisões disciplinares caberá recurso, em última instância, com efeitos suspensivo e devolutivo, no prazo de quinze dias, ao Conselho da Magistratura.
- d) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, assegurada ao acusado ampla defesa.
- e) Os integrantes da comissão disciplinar e os respectivos suplentes serão designados pelo Secretário do Tribunal de Justiça, que indicará o funcionário que irá presidi-la, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ao do indiciado.

Comentários:

A alternativa incorreta é a letra A, uma vez que tais atos não obstam a instauração e o prosseguimento do processo administrativo disciplinar instaurado, conforme o artigo 230 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 196, § 3º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o funcionário obrigado a permanecer em serviço. (Letra B - **correta**)

(...)

Art. 206. Das decisões disciplinares caberá recurso, em última instância, com efeitos suspensivo e devolutivo, no prazo de quinze dias, ao Conselho da Magistratura. (Letra C - **correta**)

(...)

Art. 213. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, assegurada ao acusado ampla defesa. (Letra D - **correta**)

(...)

Art. 216, § 5º Os integrantes da comissão disciplinar e os respectivos suplentes serão designados pelo Secretário do Tribunal de Justiça, que indicará o funcionário que irá presidi-la, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ao do indiciado. (Letra E - **correta**)

(...)

Art. 230. A exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária não obstam a instauração e o prosseguimento do processo administrativo disciplinar instaurado que, se conclusivo pela demissão, implicará conversão, dos respectivos atos de



concessão, em demissão ou cassação da aposentadoria, sem prejuízo do previsto na parte final do caput do art. 201 desta Lei. (Letra A - **incorreta**)

Gabarito: A

10) Assinale a alternativa que contempla um dever das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

- a) ser cientificada, prévia e reservadamente, de forma verbal ou escrita, sobre a exoneração do cargo em comissão, revogação de função comissionada ou de relotação;
- b) estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões relacionadas à atuação profissional na unidade judicial ou administrativa em que estiver lotado;
- c) utilizar de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros;
- d) não utilizar o tempo do expediente e o ambiente de trabalho para resolver questões de ordem particular, principalmente, tendentes a criar um ambiente hostil, em detrimento do andamento das atividades;
- e) manifestar-se em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná sem autorização da autoridade competente.

Comentários:

As alternativas A e B listam direitos das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, **enquanto as alternativas C e E listam vedações**. Por fim, a alternativa correta é a letra D, conforme inciso VIII do artigo 5º do Código de Ética e Conduta (Decreto Judiciário n.º 523/2021):

Art. 4º **São direitos** das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

(...)

III - ser cientificada, prévia e reservadamente, de forma verbal ou escrita, sobre a exoneração do cargo em comissão, revogação de função comissionada ou de relotação; (**Letra A - incorreta**)

(...)

V - estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões relacionadas à atuação profissional na unidade judicial ou administrativa em que estiver lotado; (**Letra B - incorreta**)

(...)

Art. 5º **São deveres** das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:



(...)

VIII - não utilizar o tempo do expediente e o ambiente de trabalho para resolver questões de ordem particular, principalmente, tendentes a criar um ambiente hostil, em detrimento do andamento das atividades; **(Letra D - correta)**

(...)

Art. 8º São **condutas vedadas**:

I - utilizar de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros; **(Letra C - incorreta)**

(...)

IV - manifestar-se em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná sem autorização da autoridade competente; **(Letra E - incorreta)**

Gabarito: D



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.